

Brasília, 03 de outubro de 2025.

RODADAS DE ASSEMBLEIAS

O resultado da rodada de assembleias ocorrida na segunda quinzena de setembro, será avaliado pela Direção Nacional na reunião do dia 8 de outubro, para encaminhar as orientações para as entidades.

ATO CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A FASUBRA Sindical esteve presente, na manhã do dia 24 de setembro, em uma manifestação realizada no Anexo II da Câmara dos Deputados, em Brasília, contra a Reforma Administrativa e os ataques aos serviços públicos e, conseqüentemente, aos seus servidores. O ato reuniu diversas entidades sindicais e marcou mais uma etapa da mobilização nacional contra a Reforma.

Representantes da FASUBRA e de outras entidades criticaram os retrocessos que a proposta pode trazer a precarização das condições de trabalho e a privatização em áreas de serviços fundamentais, como educação e saúde.

Durante a manifestação, os dirigentes reforçaram a importância de ampliar a pressão sobre parlamentares para barrar medidas que afetem diretamente os servidores e comprometam a qualidade dos serviços oferecidos à população.

A FASUBRA Sindical destacou que seguirá na luta em conjunto com as demais entidades representativas do serviço público.

AUDIÊNCIA NA CÂMARA DISCUTE FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

A FASUBRA Sindical acompanhou, na tarde de quarta-feira (24), a audiência pública na Câmara dos Deputados que debateu o financiamento das universidades federais e marcou o lançamento do Relatório do Conhecimento.

O documento reúne dados e análises sobre o orçamento destinado à educação superior, à pesquisa e à ciência no Brasil.

A deputada Ana Pimentel (PT-MG), que solicitou a audiência, destacou a relevância do estudo. Segundo o relatório, o chamado “Orçamento do Conhecimento” previsto para 2025 soma R\$ 17,79 bilhões, mas o dado preocupa por revelar perdas acumuladas de

aproximadamente R\$ 117 bilhões desde 2014.

O levantamento aponta que, no próximo ano, as universidades federais terão um orçamento discricionário equivalente a apenas 45% do valor destinado em 2014. Já os recursos para assistência estudantil permanecem praticamente estáveis, com previsão de R\$ 1,28 bilhão em 2025, sem avanços significativos diante do aumento da demanda social.

Para a FASUBRA, o debate sobre financiamento é fundamental para garantir o funcionamento, a manutenção das universidades e o fortalecimento da produção científica no país, em um cenário em que os cortes e a estagnação orçamentária ameaçam diretamente a qualidade do ensino superior público.

ENCONTRO NACIONAL DE ASSÉDIO MORAL E SEXUAL EM DEFESA DA SAÚDE MENTAL

Aconteceu em Brasília, nos dias 26 e 27 de setembro de 2025, o Encontro Nacional de Assédio Moral e Sexual e em Defesa da Saúde Mental.

O evento reuniu dirigentes sindicais, pesquisadores e trabalhadores para discutir estratégias de enfrentamento às violências nas instituições de ensino, garantia qualidade de vida no ambiente laboral preservando a saúde mental e as consequências das violências na saúde dos servidores. Também foram discutidos temas como legislação e políticas públicas, canais de denúncia e acolhimento, empoderamento e educação contra a cultura do assédio e ações de combate.

Os participantes do encontro tiveram um momento de homenagem à memória do ex-dirigente da Federação, Pedro Rosa Cabral, falecido no dia 22 de setembro. O dirigente foi lembrado por sua trajetória dedicada à construção de um movimento sindical autônomo e comprometido com a transformação social.

Dentro da programação do evento tivemos o compartilhamento feito pelas entidades presentes, de suas experiências, projetos, desafios e perspectivas sobre o enfrentamento ao assédio nas instituições.

No encerramento, a Coordenação de Políticas Sociais e Gênero apresentou um balanço positivo da atividade, que contou com a presença de 14 entidades e 66 participantes.

5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA PARA MULHERES

A Coordenação da Mulher Trabalhadora da FASUBRA esteve presente na 5ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres em Brasília, como representantes em diversas pautas importantes que definiram novas diretrizes para a violência política de

gênero e garantia de direitos no espaço de poder.

A Conferência contou com a presença de mais de 4 mil mulheres de todos os territórios do país engajadas na construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Na abertura o Presidente Lula assinou a ampliação da licença-maternidade e o salário-maternidade quando mãe ou bebê ficarem internados por mais de duas semanas por complicações após o parto. Desta forma, o afastamento se estenderá por 120 dias após a alta hospitalar. Outra ação importante foi a assinatura da regulamentação da Lei 14.717/2023, que institui pensão especial a filhos e dependentes órfãos do feminicídio.

O segundo dia foi marcado por discussões em grupos dos 15 temas que iram compor o Plano Nacional. O fechamento do dia se deu com a 5ª Marcha Nacional das Mulheres até o Congresso Nacional contra a escala 6x1 e em defesa de direitos, democracia e igualdade. Foram 3 dias de muito trabalho, diálogo, debate, escuta e coletividade. A discussão sobre a legalização do aborto foi aprovada com mais de 80% das delegadas presentes como uma proposta prioritária que preserve a vida e a dignidade, com o voto de 95% das mulheres contra o racismo, ao sexismo, a lesbofobia, a bifobia e a transfobia foi reafirmada a aliança entre os movimentos na defesa de todas as mulheres sem distinção, em defesa da vida, da dignidade e da liberdade.

REUNIÃO COM PRESIDENTE DA ANDIFES

Data: 29 de setembro de 2025

Local: sede da Andifes

ANDIFES: Prof. José Geraldo Ticianeli, Reitor da Universidade Federal de Roraima e novo presidente da ANDIFES

FASUBRA: Márcia Abreu, Rosângela Costa, José Almiran Rodrigues, André Nascimento, Lucineide Paiva e Melissa Elaine Campos.

A reunião foi solicitada pela Direção da FASUBRA com o objetivo de apresentar-se ao novo presidente da ANDIFES, desejar-lhe uma excelente gestão à frente da entidade e reforçar a parceria histórica entre as instituições. Na ocasião, também foram apresentadas as principais demandas da categoria dos técnico-administrativos em educação.

O novo presidente da ANDIFES, professor José Geraldo Ticianeli, foi extremamente receptivo à Direção da FASUBRA e às pautas apresentadas, demonstrando disposição para o diálogo e cooperação institucional.

A FASUBRA destacou a importância do apoio da ANDIFES na interlocução com o governo federal, especialmente para garantir o cumprimento integral do acordo firmado ao final da greve de 2024.

Foram elencadas as seguintes prioridades: aplicação das regras de transição para aposentados, conforme previsto no acordo; implementação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), que depende da tramitação e aprovação de projeto de lei, elaborado no âmbito da CNSC e entregue ao MGI, ainda não enviado ao Congresso Nacional; democratização das Instituições Federais de Ensino, como pauta estrutural para o fortalecimento da participação social e da gestão democrática; defesa de um financiamento adequado para as universidades e institutos federais.

O presidente da ANDIFES comprometeu-se a analisar as demandas apresentadas e manifestou disposição para contribuir no diálogo com o governo, reconhecendo a legitimidade das pautas e a relevância da parceria com a FASUBRA na defesa da educação pública.

A reunião foi considerada positiva e produtiva. A Direção da FASUBRA reafirma seu compromisso com a construção conjunta de soluções para o fortalecimento das instituições federais de ensino, mantendo o diálogo com a ANDIFES como um canal estratégico para o avanço das pautas da categoria.

AUDIÊNCIA PÚBLICA PELA RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO 190 DA OIT

Durante a realização da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a FASUBRA Sindical acompanhou, na manhã de terça-feira (30), de audiência pública na Câmara dos Deputados para cobrar a ratificação da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O tratado reconhece a violência e o assédio como graves violações que atingem trabalhadores em todos os setores, estabelecendo diretrizes para prevenir, punir e erradicar essas práticas no ambiente de trabalho.

O debate, promovido pelas Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e de Trabalho, foi solicitado pela deputada Juliana Cardoso (PT-SP) e pelo deputado Alexandre Lindenmeyer (PT-RS). A iniciativa teve como objetivo pressionar o Congresso Nacional a avançar na aprovação da convenção, que foi encaminhada pelo governo federal em 2023,

mas que segue em análise. A expectativa é que a deliberação ocorra ainda durante o governo Lula.

Representantes da FASUBRA e de outras entidades sindicais destacaram que a ratificação da Convenção 190 é fundamental para garantir ambientes laborais mais seguros, livres de assédio e discriminação, especialmente para as mulheres trabalhadoras, que são as mais afetadas por essa forma de violência.

Atualmente, mais de 40 países já ratificaram o tratado. No Brasil, embora ainda não tenha força de lei, a norma já vem influenciando a Justiça do Trabalho. De acordo com levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV), as citações à Convenção 190 saltaram de 14, em 2019, para 276, em 2023. Só em 2024, já foram registradas mais de 396 menções em tribunais regionais e oito no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Para a FASUBRA, a ratificação é um passo essencial para fortalecer a proteção dos trabalhadores e trabalhadoras, garantindo que a legislação nacional esteja alinhada com padrões internacionais de combate ao assédio e à violência no mundo do trabalho.

LUTA CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA EM EVENTO DA FRENTE PARLAMENTAR

Na tarde desta quarta-feira (1º), a FASUBRA Sindical esteve presente no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, participando de mais uma atividade promovida pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. O encontro reuniu representantes sindicais, parlamentares, servidores e movimentos sociais para debater os impactos da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Reforma Administrativa, que segue ameaçando direitos e a estrutura do funcionalismo público no país.

A participação da FASUBRA reforçou a posição da entidade em defesa dos serviços públicos de qualidade e da valorização dos(as) trabalhadores(as). A Reforma Administrativa, se aprovada, abrirá caminho para a precarização das relações de trabalho, a privatização de áreas essenciais e o enfraquecimento do Estado no atendimento às necessidades da população.

Parlamentares presentes também ressaltaram a importância da mobilização permanente dos sindicatos e da sociedade civil para barrar a proposta. A atividade no auditório Nereu Ramos somou-se a uma série de iniciativas organizadas pela Frente Parlamentar, que busca ampliar o diálogo e conscientizar a sociedade sobre os riscos do projeto.

Ao final, os encaminhamentos apontaram para a continuidade da luta unificada em defesa da democracia, dos direitos sociais e do serviço público, reafirmando que a resistência à Reforma Administrativa é estratégica para garantir justiça social e soberania nacional.

SOLIDARIEDADE À COMISSÃO BRASILEIRA SEQUESTRADA PELO GOVERNO SIONISTA DE ISRAEL

A FASUBRA Sindical vem a público manifestar sua mais profunda solidariedade aos brasileiros e brasileiras e às duas parlamentares do nosso governo, sequestrados pelo governo sionista de Israel, enquanto participavam da Flotilha que levava ajuda humanitária ao povo palestino em Gaza.

A ação violenta do Estado de Israel contra uma iniciativa legítima de solidariedade internacional é mais uma expressão da política de opressão e de genocídio praticada contra o povo palestino, que há décadas resiste a ataques militares sistemáticos e ao bloqueio que impede a chegada de alimentos, medicamentos e suprimentos básicos.

Exigimos do governo brasileiro postura firme, com medidas legais e diplomáticas cabíveis, para garantir a imediata libertação e o retorno seguro de nossos representantes ao Brasil, bem como para assegurar que a ajuda humanitária chegue ao povo palestino que enfrenta um verdadeiro massacre em Gaza.

Reafirmamos nossa posição histórica em defesa da autodeterminação dos povos e declaramos que somente com o fim da ocupação e com a constituição de um Estado Palestino Livre — do Rio ao Mar — será possível alcançar a paz justa e duradoura no Oriente Médio.

Toda solidariedade ao povo palestino!

Pela libertação imediata dos brasileiros sequestrados ilegalmente!

Por um Estado Palestino Livre, do Rio ao Mar!

Brasília, 01 de outubro de 2025

FASUBRA Sindical

EM DEFESA DA PEC 169/2019

A Comissão de Mobilização pela Aprovação da PEC 169 (Marcio e Marcileide), acompanhada pela Direção da FASUBRA, reuniu-se com representantes do MEC (Sr. Armando Simões– Secretaria Executiva Adjunta, Sra. Nathalia – Assessoria Parlamentar

(Aspar) com o objetivo de apresentar e discutir os fundamentos que justificam a aprovação da referida proposta de emenda constitucional, se reúne na manhã do dia 02 de outubro de 2025.

Durante a reunião, os membros da comissão expuseram a demanda do grupo de servidores públicos que têm se mobilizado em defesa da PEC 169. A proposta visa permitir a acumulação de cargos de professor com qualquer outro cargo público, ampliando as possibilidades atualmente previstas no Art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal.

A Direção da FASUBRA reforçou os argumentos apresentados pela comissão, destacando a especificidade da categoria dos técnico-administrativos em educação, uma das mais heterogêneas do serviço público federal. Ressaltou-se que o quadro funcional é composto por profissionais com formação superior à exigida para ingresso nos cargos, fruto do estímulo à capacitação profissional e acadêmica promovido pelas instituições de ensino onde atuam – universidades e institutos federais e pelo Plano de Carreira da categoria dos técnico-administrativos em educação.

Foi argumentado que a atual vedação à acumulação com outros cargos públicos representa uma limitação injusta à plena atuação de servidores, que possuem competência para contribuir em outras esferas do serviço público, especialmente no campo educacional, sem prejuízo de suas atividades principais.

O MEC, por meio de seus representantes, acolheu as informações apresentadas e se comprometeu a analisar os argumentos e a demanda.

Ficou acordado que novos diálogos poderão ser realizados, visando à construção de um posicionamento institucional sobre a PEC 169. A FASUBRA comprometeu-se a encaminhar ofício ao MEC com a apresentação formal de todos os argumentos debatidos.

A comissão e a direção da FASUBRA solicitaram apoio formal do MEC junto à articulação governamental no Congresso Nacional, considerando a relevância da proposta para a valorização e aproveitamento pleno do potencial dos servidores da educação.

A reunião foi considerada produtiva, permitindo aos representantes da comissão de mobilização e da FASUBRA apresentarem diretamente ao MEC a importância e os fundamentos da PEC 169. A expectativa é de que o Ministério se sensibilize à demanda e possa atuar como interlocutor junto aos demais órgãos do Executivo e ao Legislativo.

XXXI SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA

No período de 06 a 10 de outubro de 2025, ocorrerá em Brasília, o XXXI Seminário de Segurança das IPE E EBTTs, com o tema: "Segurança Pública e Comunitária, em defesa da Carreira e da Universidade Pública e Democrática".

O evento reunirá técnico-administrativos que atuam como seguranças das instituições de Ensino, e debaterá a realidade da segurança nas IFE e EBTTs, trazendo novas tecnologias e vivências, como objetivo de construir diretrizes para aprimorar a segurança nas instituições. Serão também discutidos temas de grande relevância para a segurança das IPE.

O seminário ocorrerá em meio a vários desafios enfrentados pela categoria.

Veja a seguir a programação do evento.

Dia 06 - segunda-feira

8h – Início do Credenciamento

9h - Abertura do Seminário e apresentação cultural

1) Comissão Organizadora do XXXI Seminário Nacional de Segurança das IPES

- Edmilson Rodrigues de Lima (UnB)
- Juscelino Ribeiro de Souza (UFRJ)
- Luiz Ribeiro de Souza (IFCE – Iगतú)
- Rejane Santana Vasconcelos (UFPB)

2) Melissa Elaine Campos dos Santos - FASUBRA Sindical

3) Jacqueline Magalhães - Andes

4) UNE - Letícia Holanda

5) UnB E ANDIFES – Rozana Reigota Naves

6) Ministério da Justiça – Marivaldo Pereira

7) ADUnB – Pedro Mandagará

8) Antonildo Santos Pereira - SINASEFE

10h15min - Votação do Regimento Interno

1) Comissão Organizadora do XXXI Seminário Nacional de Segurança das IPES

10h30min - Mesa: Conjuntura.

- 1) FASUBRA Sindical – José Maria Castro
- 2) Jacqueline Magalhães - Andes
- 3) Antonildo Santos Pereira - SINASEFE
- 4) UNE – Letícia Holanda

12h -Intervalo para almoço

14h - Palestra: As implicações da privatização/terceirização da segurança nas IPES.

- 1) Edmilson Rodrigues de Lima – SINTFUB / UnB

16h –Mesa: Carreira, formação continuada e permanente dos servidores da área de segurança nas IPES.

- 1) Ronaldo Vitoriano Bastos – UFAM
- 2) Marcelo Rosa – FASUBRA Sindical
- 3) Aliomar da Silva - SINASEFE

18h – Jantar e Confraternização de Boas Vindas

Dia 07 - terça-feira

8 as 12h Audiência Pública na Câmara dos Deputados – Tema: Concurso Público para a área de Segurança nas Instituições Públicas de Ensino (IPES)

12h - Intervalo para almoço

14h Palestra: Concurso Público para os cargos da carreira na área de segurança nas Instituições Públicas de Ensino (IPES)

- 1) Marcelo Rosa – FASUBRA Sindical

16h- Palestra: Visão das humanidades e de gestão moderna para Segurança em estabelecimentos de ensino.

- 1) Susana Durão – UNICAMP

18h – Jantar e atividade cultural

Dia 08– quarta-feira

8h - Palestra: Fundamentação legal e Portaria do Ministério da Justiça sobre o uso da força, câmeras corporais, segurança e integração.

- 1) Marivaldo Pereira – SAL / Ministério da Justiça
- 2) Juliana Vieira dos Santos – Ministério da Justiça

10h15min. Mesa: integração do Serviço de Segurança das IPES com o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Debate sobre segurança Pública nas IPES: desafios e perspectivas no contexto do SUSP.

- 1) Ana Paula Pinto da Silva – SUSP / Ministério da Justiça
- 2) Armando Luis do Nascimento – LABGRC/UFPE

12h - Intervalo para almoço

14h – Palestra: Riscos de vida relacionados à atuação do profissional da área de segurança e prevenção e combate a incêndios.

- 1) Lucas Amorim – CEST / UnB

16h – Palestra: Tecnologias aplicadas à segurança.

- 1) Marcelo Monte Karan – Sistema Tecnologia da Informação / UnB

18h – Jantar e atividade cultural.

Dia 09 – quinta-feira

8h – Mesa: A segurança para a população das IPES: cuidando das mulheres, da população negra e da diversidade.

- 1) Dep. Erika Kokay – PT / DF
- 2) Susana Xavier - UnB

10h – Mesa: Gerenciamento de Crises

- 1) Ricardo Cappelli – Presidente ABDI
- 2) José Geraldo de Sousa Junior – FD / UnB – Movimento Direito Achado na Rua
- 3) Ileno Izidio – Instituto de Psicologia / UnB

12h - Intervalo para almoço

14h - Mesa: A organização da estrutura de segurança e atualização do Projeto de Segurança nas IPES seguido de debate sobre o tema.

- 1) Mozarte Simões da Costa Junior – Coordenador de Segurança / UFRG
- 2) Leandro Luiz de Oliveira – Secretário de Segurança Institucional / UFSC

18h - Confraternização.

Dia 10 – sexta-feira

8h- Palestra: Segurança Pública, comunitária, ataques às universidades pela extrema-direita e antifascismo.

1) Dep. Leonel Guterrez Radde / PT / RS

10h15min - Trabalho de Grupo (Sistematização de propostas e relatoria)

1) Comissão Organizadora do XXXI Seminário Nacional de Segurança das IPES

12h - Intervalo para almoço

14h – Plenária Final (Plano de Lutas) e eleição da Coordenação do XXXII Seminário Nacional das IPES – (2026)

1) Comissão Organizadora do XXXI Seminário Nacional de Segurança das IPES

18h – Encerramento.

XII ENCONTRO NACIONAL DE APOSENTADOS(AS), APOSETANDOS(AS) E PENSIONISTAS

No período de 15 a 17 de outubro, a FASUBRA Sindical realizará, em Brasília (DF), o XII Encontro Nacional de Aposentados(as), Aposetandos(as) e Pensionistas — um importante espaço de debate, mobilização e fortalecimento da categoria.

O Encontro acontece em um momento de intensos ataques aos direitos de servidores e servidoras, reforçando a necessidade de unidade e da participação ativa dos trabalhadores e trabalhadoras aposentados, em vias de se aposentar e pensionistas.

Confira, a seguir, a programação:

Dia 15

9h - Abertura

Auditório da Faculdade de Saúde da UnB

Coordenadoras Gerais

Coordenação de Aposentados(as), Aposetandos(as) e Pensionistas

Convidados(as)

14h - Entrada pelo Anexo II da Câmara dos Deputados - visita a deputados e senadores, entrega da carta dos(as) aposentados(as) aos(às) parlamentares.

Dia 16

9h - Auditório Nereu Ramos - Câmara dos Deputados Anexo II.

Saúde Física na Terceira Idade - Profa. Marina Recena Grassi.

Saúde mental, emocional e social 60+ - Psicólogo Hartur Marcel Torres da Silva.

14h - Nereu Ramos

Conexões com a vida após os 60 anos - Assistente Social e Gerontóloga, Geruza Alves Rodrigues.

A história do Catavento- Assistente Social, Regina Teles Tomé, Especialista em Planejamento de Projetos Sociais e Gerontologia.

16h - Nereu Ramos

Convivência intergeracional e situação econômica na Terceira Idade - Economista Mariel Angeli Lopes, Técnica do DIEESE.

Noite - Jantar (por adesão) Restaurante Chico Mendes - UnB

Dia 17

9h - Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados Anexo II.

Reformas da Previdência, Tipos de Aposentadorias, Decreto 10.620, Reforma Administrativa, Reestruturação da Carreira, Auxílio Nutrição, Auxílio Saúde, Reposicionamento dos(as) Aposentados(as), Aceleração, RSC, Isenção de Contribuição Previdenciária para Aposentados(as) - Advogados da Assessoria Jurídica Nacional- AJN da FASUBRA.

14h - Nereu Ramos

Planos de Saúde: a realidade para aposentados(as) - Dra. Beatriz Silva, Advogada.

16h - Nereu Ramos

Votação das Propostas e da Carta do XII Encontro.

Encerramento

APOIO AO POVO PALESTINO E DE CONDENÇÃO A “ISRAEL” PELO CRIME DE GENOCÍDIO

Com pedido de rompimento das relações do Brasil com o regime supremacista e genocida de “Israel”

Nós, trabalhadores e trabalhadoras em educação, reunidos Plenária Nacional da FASUBRA Sindical, manifestamos solidariedade ao povo palestino, que há 77 anos vive ocupação colonial e genocidária, desde quando sofreu a maior limpeza étnica da história, nos anos 1947/1951, evento histórico Nakba, palavra árabe para designar catástrofe, que resultou na morte ou expulsão de 88% do território da Palestina então tomado (78%) para tonar-se “Israel”, por meio desta MOÇÃO, pelos seguintes termos:

1. Condenamos o regime de Apartheid, em sua forma estatal designada Israel, já denunciada em incontáveis relatórios da ONU e das mais importantes ONGs internacionais de direitos humanos, como a Anistia Internacional e a Human Rights Watch, e até mesmo israelenses;
2. Condenamos a continuada ocupação colonial da Palestina, hoje resultado no confisco de cada vez mais território palestino, o que leva a atualmente restar aos palestinos menos de 10% de seu território histórico, no qual habitam, ininterruptamente, há pelo menos 10 milênios;
3. Condenamos a política de extermínio do povo palestino, oficialmente adotada pelo regime israelense, visando limpar etnicamente a Palestina para que nela haja apenas cidadãos judeus, hoje às claras no primeiro genocídio televisionado da história, em curso por 694 dias em Gaza, cujos números, proporcionalmente, superam até mesmo os da 2ª Guerra Mundial, tais quais:
 - 74.996 exterminados em Gaza, considerados os mais de 11 mil desaparecidos sob escombros, a quase totalidade civis, totalizando 3,37% da demografia do território, o que equivaleria a **7,2 milhões de brasileiros** ou 25,4 milhões na Europa da 2ª

Guerra Mundial, por sua população atual (seriam 82 milhões em eventual repetição dos 6 anos da 2ª GM);

- 21.882 crianças assassinadas neste genocídio, a maior matança de crianças da história de guerras e genocídios, com 10.306 por milhão de habitantes de Gaza, 3,66 vezes a matança de crianças no período nazista, que foi de 2.813 crianças por milhão de habitantes (no Brasil seriam 2,2 milhões);
- 13.100 mulheres assassinadas, consideradas as desaparecidas sob escombros, mais de mil delas grávidas, dado agravado pelos 300% de aumento nos casos de abortos involuntários e pelo fato de que para os próximos 9 meses haver entre 50 mil e 60 mil grávidas para darem à luz, sem casas, hospitais, comida, água, medicamentos, saneamento básico ou qualquer condição de habitabilidade;
- Os extermínios massivos de mulheres e crianças por “Israel”, como jamais documentado em guerras e genocídios, visa esterilizar coletivamente a sociedade palestina em Gaza, ou seja, colapsar sua capacidade reprodutiva eliminando ventres e os rebentos que deles vieram à luz a pouco tempo, configurando um novo tipo de genocídio, ainda não conhecido;
- O colapsamento da capacidade reprodutiva da sociedade palestina em Gaza já está comprovado por pelo menos dois dados da ONU: os nascimentos em Gaza, que caíram 41% no primeiro semestre deste ano (29 mil) quando comparado ao mesmo período do ano passado (17 mil) e com a queda da longevidade média no território, que era de 75,5 anos até 7 de outubro de 2023 e agora é de 36 anos para os homens (pouco superior ao do Egito faraônico) e 44 anos para as mulheres;
- Os feridos são 167.293, praticamente todos com gravidade ou mutilados, quase 7,52% da população de Gaza, o equivalente a 16 milhões no Brasil e 56,7 milhões na Europa da 2ª GM, por sua população atual, com a agravante que boa parte está fadada a morrer pela falta de hospitais, médicos e medicamentos, agravando o genocídio;

- Os assassinatos de 1.422 profissionais de saúde, com mais de 1.500 feridos e outros 500 sequestrados pelas forças israelenses de ocupação, somados à destruição de quase todos os hospitais (25, com mais 9 fora de serviço por outras razões ligadas à destruição) e clínicas, depósito de medicamentos e outras infraestruturas, como mesquitas (828), sedes de governo (225), escolas e universidades (509) e 432,5 mil habitações, entre destruídas (102 mil) e semidestruídas (330,5 mil) levam ao colapso da habitualidade de Gaza e provocarão mais mortes massivas;
- A destruição supera os 80%, maior que na 2ª GM, bem como maior que na limpeza étnica de 1947/51 (4 anos), que foi de 69%;
- “Israel” já é responsável pela maior matança de jornalistas da história (246, contra 69 em toda a 2ª GM), de funcionários da ONU (203) e da Defesa Civil (113) da história, bem como, proporcionalmente, de profissionais da educação (mais de mil) e estudantes (mais de 18 mil), eliminações que visam, também, somadas às dos profissionais de saúde, eliminar as testemunhas e apagar as provas e indícios do crime de genocídio; e
- Agora a fome é a arma de guerra, ao ponto de nas últimas semanas terem sido exterminados mais habitantes de Gaza do que em todo o período na anterior – 113 assassinados ao dia contra a média anterior de 108 –, resultado direto da matança pela fuzilaria na fila da comida ou diretamente pela fome e falta de tratamento médico.

Diante de tudo isso, renovamos nosso apoio ao povo palestino em sua luta nacional por autodeterminação e condenamos o regime supremacista e genocida de “Israel”.

Por fim, pedimos ao Estado Brasileiro, bem como a todas as instituições, dentre elas as universidades, às demais unidades da federação, empresas e indivíduos, que rompam todas as suas relações com “Israel”, especialmente as que digam respeito aos campos militar, de segurança e tecnologia, além da energética, áreas diretamente ligadas ao extermínio do povo palestino, sob pena de contribuirmos com o genocídio na Palestina.

Palestina Livre a partir do Brasil, 30 de agosto de 2025, 78º ano da Nakba.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO PREFEITO DE CUIABÁ, ABÍLIO BRUNINI, PELAS DECLARAÇÕES OFENSIVAS À UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)

Nós, Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA), reunidos em Brasília/31/08/2025, manifestamos nosso veemente repúdio às declarações proferidas pelo Prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini, que afirmou publicamente que a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) “é uma bosta”.

A UFMT é uma instituição pública de ensino superior que há cinco décadas contribui para o desenvolvimento científico, tecnológico, social e cultural de Mato Grosso e do Brasil, formando milhares de profissionais qualificados e promovendo a pesquisa e a extensão em diversas áreas do conhecimento.

As palavras do prefeito não apenas desrespeitam a comunidade acadêmica – composta por estudantes, professores, técnicos, pesquisadores e servidores –, como também desvalorizam o papel estratégico que a universidade desempenha para a sociedade. Tal postura é incompatível com a responsabilidade de um gestor público, que deveria primar pelo diálogo, pelo respeito às instituições e pelo fortalecimento da educação pública.

Como instituição reafirmamos nosso compromisso com a defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade, bem como com a autonomia universitária e patrimônio do povo mato-grossense.

CALENDÁRIO

OUTUBRO

06 a 10	XXXI Seminário Nacional da Segurança das IPES e EBTTs
09	Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
14	Audiência Pública contra a Reforma Administrativa
15 a 17	XII Encontro Nacional de Aposentados
20 a 25	4ª Conferência Nacional dos direitos das pessoas LGBTQIA+
22	12ª Reunião da Mesa Central da Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP
29	Marcha Nacional do serviço público contra a Reforma Administrativa

NOVEMBRO

22, 23 e 24	Encontro Nacional de Negras e Negros
25	Marcha Nacional das Mulheres Negras